



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional  
de Assistência Social - CNAS**

**Ata da ordem do dia 4 de junho de 2020**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**Local:** Ambiente Virtual CNAS

**Data:** 04/06/2020

1 Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezenove realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do  
2 Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação Conselheira Titular Aldenora  
3 Gomes González, Representante do Instituto EcoVida. Estiveram presentes os seguintes  
4 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Natália Cerqueira de Sousa,  
5 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Heloiza de Almeida Prado  
6 Botelho Egas, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Titular André  
7 Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Vitória  
8 Batista Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Solange Teixeira,  
9 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo  
10 Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social –  
11 FONSEAS; Conselheira Titular Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado  
12 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente  
13 Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Suplente  
14 Ayrton Maurício Azeredo Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira  
15 Suplente Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério da Cidadania – MC;  
16 Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da CAPEMISA - Instituto de  
17 Ação Social; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira  
18 de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Titular Sandra  
19 Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições  
20 Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheira Titular Aldenora Gomes  
21 González, Representante do Instituto EcoVida; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante  
22 do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore,  
23 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais –  
24 FENAPAES; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional  
25 dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do

26 Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheira  
27 Suplente Jani Betânia Souza Capibaribe, Representante da Associação Brasileira de Autismo –  
28 ABRA. **ABERTURA:** A Conselheira Aldenora Gomes González, Presidente do CNAS e  
29 Representante do Instituto EcoVida, iniciou a reunião cumprimentando a todos e solicitou que a  
30 Secretária-Executiva do CNAS, Sra. Maria das Mercês Avelino Carvalho Filgueiras, realizasse a  
31 verificação do quórum. Verificado o quórum, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho  
32 Filgueiras realizou a leitura do requerimento de descompatibilização da função de Conselheira  
33 Titular da Sra. Margareth Alves Dallaruvera a partir de 03 de junho de 2020, assumindo a  
34 titularidade a Conselheira Ana Lúcia Soares. A Presidente Aldenora Gomes González informou que  
35 a pauta está composta pelos seguintes itens: das 09h30 às 10h00 - Aprovação da Pauta da 1ª  
36 Reunião extraordinária do CNAS; das 10h00 às 12h00 - Relato da Mesa Diretora- Comitê COVID-  
37 19; das 14h00 às 16h00 - Relato da reunião conjunta das comissões de Normas e Conselhos; das  
38 16h00 às 17h30 - Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações da 11ª Conferência  
39 Nacional de Assistência Social; das 17h30 às 18h00 – Encerramento. Solicitou que fosse realizada  
40 uma alteração na pauta, sugerindo incluir os seguintes itens: das 10h30 às 12h30 – Prorrogação do  
41 mandato do GT Indígena; Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH: Apresentação de  
42 uma minuta de Comunicado sobre Participação Social no contexto da Pandemia, a ser apresentado  
43 para CIDH, Comitê de DHs da ONU e Comissões de DHs do Congresso Nacional; Campanha pela  
44 Participação social em tempos de pandemia de Covid-19, contextualizando a situação de todos os  
45 colegiados que compõem a CNDH; das 16h30 às 17h00 – Manifesto do CNAS sobre a Assembleia  
46 de Eleição da Sociedade Civil; das 17h00 às 17h30 – Aprovação da Pauta da 286ª Reunião  
47 Ordinária do CNAS. Não havendo nenhum posicionamento contrário, a pauta foi aprovada por  
48 unanimidade com as alterações realizadas. O Conselheiro André Rodrigues Veras, Vice-Presidente  
49 do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania – MC, questionou se estaria correto a  
50 nomenclatura do ponto de pauta de prorrogação do mandato do GT Indígena, entendendo que seria  
51 a mesma situação do GT Primeira Infância. A Presidente Aldenora Gomes González explicou que o  
52 GT Primeira Infância estava solicitando a sua recriação e o GT Indígena seria apenas uma  
53 prorrogação por 60 dias, tendo em vista que não conseguiu se reunir. A Sra. Maria das Mercês  
54 Avelino Carvalho Filgueiras explicou que os períodos de vigência do GT Primeira Infância e do GT  
55 Indígena são diferentes, destacando que o GT Indígena ainda está vigente. Seguindo para a  
56 prorrogação de vigência do GT Indígena, a Presidente Aldenora Gomes González explanou que

57 estão solicitando a prorrogação desse GT até setembro de 2020, o que coincidirá com o período de  
58 recriação de todos os subcolegiados do CNAS. Colocou a prorrogação para deliberação dos  
59 conselheiros e não havendo nenhum posicionamento contrário, foi aprovada por unanimidade.  
60 Passando para a Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH: Apresentação de uma  
61 minuta de Comunicado sobre Participação Social no contexto da Pandemia, a ser apresentado para  
62 CIDH, Comitê de DHs da ONU e Comissões de DHs do Congresso Nacional; Campanha pela  
63 Participação social em tempos de pandemia de Covid-19, contextualizando a situação de todos os  
64 colegiados que compõem a CNDH, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, Representante da  
65 Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal – CONFETAM/CUT,  
66 informou que o Comitê apresentou esse dois encaminhamentos, sendo que ficou com a  
67 responsabilidade de apresenta-los ao pleno do CNAS. Explicou que seria necessário decidir pela  
68 inclusão ou não do CNAS na minuta de comunicado, porém, compreendeu que não há tempo hábil  
69 para deliberação nesse pleno pelo fato da finalização do mandato 2018/2020 neste dia, sugerindo  
70 elaborar um expediente para o CNDH explicando essa situação. Com relação à campanha, propôs  
71 que participassem por se tratar de uma ação que terá a participação de vários conselhos. A  
72 Presidente Aldenora Gomes González colocou as sugestões apresentadas para deliberação dos  
73 conselheiros, ponderando que os expedientes serão elaborados até o final dessa reunião de acordo  
74 com as proposições apresentadas pela conselheira. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera indagou  
75 qual seria o impedimento para inserção do CNAS na minuta de comunicado, uma vez que os novos  
76 conselheiros já tomarão posse e os conselheiros da gestão 2018/2020 possuem mandato vigente  
77 para essa decisão. A Presidente Aldenora Gomes González colocou novamente as sugestões para  
78 deliberação dos conselheiros com o adendo realizado pela Sra. Margareth Alves Dallaruvera, o que  
79 foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o Relato da Mesa Diretora Ampliada – Comitê  
80 Covid-19, realizada no dia 3 de junho de 2020, solicitou que o Vice-Presidente do CNAS realizasse  
81 esse relato, esclarecendo que não conseguiu participar da reunião devido a problemas de conexão. O  
82 Conselheiro André Rodrigues Veras iniciou o relato apresentando os conselheiros e membros da  
83 Secretaria-Executiva do CNAS presentes e discorreu que a Mesa Diretora Ampliada avaliou os  
84 apontamentos resultantes do diálogo do CNAS com os CEAS e CAS/DF em reunião realizada no  
85 dia 19 de maio de 2020, das contribuições propostas durante a reunião da Comissão de Política da  
86 Assistência Social realizada no dia 26 de maio de 2020 e da Carta do Fórum Nacional dos  
87 Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, sugerindo os seguintes

88 encaminhamentos para apreciação do pleno: 1. Auxílio Emergencial (AE): Necessidade de se  
89 retomar o diálogo entre os entes federados por meio da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para  
90 aprimorar a governança das ações do Ministério da Cidadania; 2. Benefícios Socioassistenciais:  
91 2.1. Benefícios de Prestação Continuada (BPC): Solicitar à SNAS a produção de nota técnica com  
92 orientação sobre o acesso à antecipação do BPC; 2.2. Benefícios Eventuais: 1) Que os Benefícios  
93 Eventuais sejam objeto de discussão na Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
94 Transferência de Renda (CABTR) na próxima gestão; 2) Sugestão para discussão no âmbito da CIT  
95 do papel dos estados na liberação de recursos para os Benefícios Eventuais; 3) Que seja divulgado  
96 no âmbito do CMAS, CEAS e CAS/DF a Portaria nº 58/2020, que aprova a Nota Técnica nº  
97 20/2020, com orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de Benefícios Eventuais  
98 no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da Covid-19, causado pelo novo  
99 coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); 3. Orçamento da  
100 Assistência Social: 3.1. Recursos Ordinários: Sugerir a continuidade da discussão do orçamento  
101 2020 e da proposta orçamentária de 2021 no âmbito da Comissão de Financiamento e Orçamento  
102 do CNAS (CFO); 3.2. Recursos Extraordinários (Covid-19): 1) Sugerir a continuidade da discussão  
103 dos recursos extraordinários no âmbito da Comissão de Financiamento e Orçamento do CNAS  
104 (CFO), principalmente em relação à Portaria Conjunta nº 2 (art. 2º) e às Portarias nº 369 e nº 378; 2)  
105 Sugerir a realização de um mapeamento da rede SUAS em funcionamento, com a participação do  
106 CONGEMAS, FONSEAS e SNAS; 3) Divulgar periodicamente o *Blog* do CNAS para os CMAS,  
107 CEAS e CAS/DF; 4. Trabalhadores do SUAS no Combate à Covid-19 (garantia de proteção dos  
108 trabalhadores do SUAS, tais como: vacinação H1N1, testagem e EPIs): 1) Que a SNAS, por meio  
109 da Coordenação Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente avalie os apontamentos  
110 apresentados na reunião do CNAS com os CEAS e CAS/DF, da Comissão de Política e Carta do  
111 FONACEAS, de forma a emitir orientações e notas técnicas dirigidas aos trabalhadores do SUAS;  
112 2) Sugestão de solicitar manifestação da SNAS sobre a garantia de EPIs para os gestores; 3)  
113 Sugestão de convidar um representante do Ministério da Saúde para dialogar com o MDA – Comitê  
114 Covid-19; 4) Que o CNAS oriente os CMAS, CEAS e CAS/DF para realizar o controle social dos  
115 recursos emergenciais no geral e em relação à proteção dos trabalhadores no atendimento dos  
116 usuários do SUAS; 5) Recomendar à SNAS que seja retomada a Mesa Nacional de Gestão de  
117 Trabalho do SUAS; 5. CIT/CNAS: Diálogo entre os entes federados por meio da CIT e do CNAS,  
118 de forma a contribuir para o aprimoramento da governança do SUAS; 6. Demandas diversas

119 referente à implementação do SUAS: Sugerir que a próxima gestão retome a MDA – Comitê  
120 Covid-19 para dar continuidade ao acompanhamento de ações realizadas no âmbito do SUAS  
121 referente à pandemia e pós-pandemia. Apresentou o anexo, o qual traz as questões e os  
122 encaminhamentos já apontados de forma específica e lembrou que estará disponível aos  
123 conselheiros para leitura detalhada. Registrou que foram avaliados todos os pontos relacionados ao  
124 temas e apresentados durante a reunião. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Ayrton  
125 Maurício Azeredo Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC, ponderou que não  
126 entendeu o encaminhamento de sugestão para discussão no âmbito da CIT do papel dos estados na  
127 liberação de recursos para os Benefícios Eventuais, questionando o motivo de a CIT ter que discutir  
128 esse assunto se trata de um recursos dos estados e dos municípios. O Conselheiro André Rodrigues  
129 Veras esclareceu que é necessário fazer a pactuação dos Benefícios Eventuais por serem de  
130 cofinanciamento estadual e municipal e a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos,  
131 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –  
132 CONGEMAS, explicou que a necessidade de discutir sobre os Benefícios Eventuais nesse momento  
133 de pandemia é pela responsabilidade colocada para o ente municipal e pela existência do protocolo  
134 de cofinanciamento da gestão estadual. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima,  
135 Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social –  
136 FONSEAS, complementou que é papel da União executar com os estados e municípios ações  
137 emergenciais em período de calamidade pública, sendo que seria incluído o financiamento da União  
138 para concessão das provisões e de outras necessidades da população. A Conselheira Irene Rodrigues  
139 da Silva observou que seria necessário alterar o encaminhamento sugerindo solicitar manifestação  
140 da SNAS sobre a garantia de EPIs para os gestores, uma vez que deveriam ser garantidos aos  
141 trabalhadores. O Conselheiro André Rodrigues Veras ilustrou que a Portaria nº 369 já garante os  
142 recursos para compra de EPIs para os trabalhadores e a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos  
143 Santos salientou que esse recurso não seria para os gestores, mas sim para os trabalhadores da  
144 gestão. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das  
145 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES, compreendeu que poderia ser  
146 garantido EPIs para os trabalhadores dos serviços de atendimento às pessoas com deficiência e  
147 Centro Dia. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos afirmou que a Portaria nº 369 deixa  
148 claro que a compra de EPIs é para todos os trabalhadores da rede socioassistencial e compreendeu  
149 que é necessário incentivar a atualização do CADSUAS pelos gestores municipais, sugerindo

150 incluir como encaminhamento. O Conselheiro Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério  
151 da Cidadania – MC, explicou que a Portaria nº 369 cobre apenas os trabalhadores de unidades  
152 governamentais de atendimento e que tem como base o número de trabalhadores em abril/2020.  
153 Diante as explanações, a Conselheira Ivone Maggioni Fiore inferiu que cabe incluir nos  
154 encaminhamentos a solicitação de esclarecimento sobre quais são os trabalhadores contemplados  
155 pela Portaria nº 369 e a Conselheira Irene Rodrigues da Silva destacou a necessidade de considerar  
156 todos os trabalhadores. O Conselheiro Marcos Maia Antunes ponderou que a Portaria nº 369 trata  
157 de dois itens, um sobre a reestruturação do SUAS e outro sobre as ações socioassistenciais, sendo  
158 que a reestruturação do SUAS contempla a alimentação e EPIs e as ações socioassistenciais aborda  
159 todas as questões. A Presidente Aldenora Gomes González inferiu que poderiam sugerir que os  
160 trabalhadores da rede privada sejam contemplados em outra portaria e o Conselheiro André  
161 Rodrigues Veras propôs alterar o encaminhamento, sugerindo a seguinte redação: “*Sugestão de*  
162 *solicitar manifestação da SNAS sobre a garantia de EPIs para os trabalhadores da rede*  
163 *socioassistencial.*”. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera entendeu que poderiam incluir na redação  
164 os trabalhadores públicos e privados e o Conselheiro Marcos Maia Antunes observou que a Portaria  
165 nº 369 cobre a rede pública de atendimento em relação aos EPIs, propondo solicitar a manifestação  
166 à SNAS sobre a garantia de EPIs para trabalhadores e gestores da rede socioassistencial, o que foi  
167 aprovado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da Mesa Diretora Ampliada – Comitê  
168 Covid-19 foi aprovado por unanimidade. A Presidente Aldenora Gomes González sugeriu que esse  
169 relato seja encaminhado para a SNAS para conhecimento e para que sejam tomadas as providências  
170 cabíveis, o que foi aprovado. Havendo tempo hábil, sugeriu que fosse realizada a leitura do  
171 Manifesto do CNAS sobre a Assembleia de Eleição da Sociedade Civil nesse momento, o que foi  
172 aprovado. Contextualizou que a Assembleia de Eleição da Sociedade Civil foi realizada no dia 02  
173 de junho de 2020, em que todos os candidatos e candidatos/eleitores estiveram presentes.  
174 Acrescentou que contaram com a presença do Ministério Público, que inclusive participou do  
175 processo de contagem dos votos, entretanto, salientou que foram surpreendidos com o recebimento  
176 de uma nota de repúdio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ao processo eleitoral  
177 realizado pelo CNAS. Realizada a leitura do manifesto, o Conselheiro Clovis Alberto Pereira,  
178 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, registrou o seu sentimento de  
179 tristeza e afirmou que se sentiu atendido em todos os momentos do processo eleitoral como usuário,  
180 explanando que fizeram o que deveria ser feito a fim de que o CNAS continuasse ativo. A Sra.

181 Margareth Alves Dallaruvera também externou a sua tristeza em relação à nota encaminhada pelo  
182 CFESS e salientou que a Presidente do CNAS tem o apoio de todos, pois sabem da lisura aplicada  
183 na condução desse processo eleitoral. A Conselheira Solange Bueno, Representante do Fórum  
184 Nacional dos Usuários do SUAS, afirmou que está de acordo com a nota e desejou que a nova  
185 gestão tenha êxito, agradecendo o apoio de todos. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho,  
186 Representante da CAPEMISA - Instituto de Ação Social, registrou o esforço e o trabalho realizado  
187 pela Comissão Eleitoral e pela Secretaria-Executiva, ponderando que a nota se faz necessária para  
188 registrar esse trabalho. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação  
189 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –  
190 FENATIBREF, manifestou que está agradecida pelo o que está acontecendo, o que mostra o  
191 crescimento do CNAS em um momento complexo e observou que houve um excesso na nota de  
192 repúdio do CFESS. Realizadas as manifestações de apoio ao processo eleitoral do CNAS pelos  
193 demais conselheiros presentes, a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos compreendeu que  
194 essa nota de repúdio deveria ser direcionada aos trabalhadores e não ao CNAS e sugeriu a  
195 realização de algumas alterações na redação, as quais foram consolidadas. A Presidente Aldenora  
196 Gomes González agradeceu às explanações, ao trabalho realizado pela Secretaria-Executiva do  
197 CNAS e pela Comissão Eleitoral e à aprovação do manifesto por todos os conselheiros e postulou  
198 que seria importante que o CNAS tivesse conhecimento sobre a Recomendação nº 18 enviado ao  
199 Ministério da Cidadania para inclusão nos anais desse processo eleitoral. Informou que assinou a  
200 ata e o ofício a serem enviados ao Ministro para que sejam tomadas as providências conforme o  
201 Decreto nº 505/2004. E deliberou para intervalo de almoço. Havendo quórum, confirmado pela Sra.  
202 Maria das Mercês, Secretária Executiva, a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social,  
203 Conselheira Aldenora Gonzáles reiniciou a reunião solicitando a inversão de pauta e havendo  
204 concordância a Conselheira Sandra Regina realizou o relato da Comissão de Monitoramento das  
205 Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, informou que o quadro de  
206 deliberações deve ser enviado para os demais Conselheiros e destaca que as deliberações foram  
207 divididas para que as semelhantes fossem acopladas e encaminhados vários ofícios solicitando o  
208 status do encaminhamento, que a Comissão deve ter continuidade devido várias ações estarem em  
209 andamento. O Conselheiro Josenildo Barboza discorreu do cuidado para analisar as deliberações  
210 advindas dos estados, pois as mesmas também devem obedecer às regras de temática. A Sra. Maria  
211 Mercês Secretária Executiva do CNAS pondera que já realizaram um filtro com relação as



212 deliberações municipais e estaduais e houve grande problemas pois os delegados não reconheciam  
213 as deliberações na Conferência Nacional. E após ajustes concordam com a redação do último  
214 parágrafo da memória: A principal recomendação da comissão de monitoramento e deliberação das  
215 conferências para o próximo processo conferencial, é que seja organizado de forma a orientar  
216 melhor os participantes no momento da produção das deliberações, facilitando o trabalho da  
217 relatoria em sistematiza-las. Sem mais sugestões a Presidente considerou aprovada a Memória da  
218 Comissão de Acompanhamento as Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
219 E Seguindo passaram para a leitura Memória da Reunião Conjunta da Comissão de Normas da  
220 Assistência Social e Comissão de Acompanhamento dos Conselhos realizada pela Coordenadora  
221 Conselheira Norma Carvalho. Ao final a Comissão encaminhou e recomendou: As propostas da  
222 redação dos incisos do artigo terceiro, do inciso III do artigo 11º, deverão ser debatidas na próxima  
223 revisão da resolução CNAS nº 237 de 2006, assim como as contribuições destacadas na minuta da  
224 revisão. Recomenda-se a nova gestão do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS que o  
225 processo de revisão da resolução CNAS 237, seja mantido como prioridade nos planos de ação da  
226 Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos da Assistência Social,  
227 considerando o acúmulo das discussões realizadas e a previsão de realização de consulta pública  
228 para o aprimoramento do processo. A Conselheira Aldenora Gonzáles informa que em conversa  
229 com o Vice-Presidente André Veras firmaram o compromisso com a finalização do processo de  
230 revisão da Resolução 237 na próxima gestão e gostaria que constasse como encaminhamento. A  
231 Conselheira Heloiza Egas pondera que é preciso recomendar para a nova gestão uma continuidade  
232 do debate considerando as contribuições já alcançadas. A Conselheira Vânia machado discorreu da  
233 necessidade das contribuições sejam encaminhadas com antecedência para otimizar o debate da  
234 próxima reunião. Os Conselheiros debateram sobre os encaminhamentos e o ponto a ponto da  
235 memória realizando ajustes e novas redações. Substituíram o primeiro ponto dos encaminhamentos  
236 e recomendações por: Recomendar aos novos (as) Conselheiros (as) das Comissões que na  
237 continuidade do trabalho de revisão encaminhem suas sugestões com antecedência para todos os  
238 Conselheiros a fim de otimizar o trabalho da revisão. O Segundo ponto de encaminhamento:  
239 Recomenda-se a nova gestão do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS o compromisso  
240 com a finalização do processo de revisão da resolução CNAS 237/2006, e que seja mantida como  
241 prioridade nos planos de ação da Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento dos  
242 Conselhos da Assistência Social, considerando o acúmulo das discussões realizadas. E que ao final

243 da sua revisão seja submetida a consulta pública para discussão dentro da Comissão de Normas e  
244 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Três: Que após discussão dentro da Comissões de  
245 Normas e Acompanhamento aos Conselhos esta resolução seja ponto de pauta da 1ª Reunião  
246 Descentralizada do CNAS gestão 2020-2022. Após longo debate e esclarecimentos a Presidente  
247 solicita a os Conselheiros da Sociedade Civil concordam em retirar o primeiro ponto de  
248 encaminhamento. Os Conselheiros debatem sobre as mudanças na memória da reunião conjunta e a  
249 Sra. Maria das Mercês esclarece que a memória das reuniões das Comissões é debatida e alterada  
250 no pleno, porém as alterações são destacadas para que fique preservado o trabalho de cada comissão  
251 e também o trabalho do pleno. A Presidente então realizou a leitura dos encaminhamentos: Um:  
252 Recomenda-se a nova gestão do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS o compromisso  
253 com a finalização do processo de revisão da resolução CNAS 237/2006, e que seja mantida como  
254 prioridade nos planos de ação da Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento dos  
255 Conselhos da Assistência Social, considerando o acúmulo das discussões realizadas. E que ao final  
256 da sua revisão seja submetida a consulta pública para discussão dentro da Comissão de Normas e  
257 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Dois: Que após discussão dentro da Comissões de  
258 Normas e Acompanhamento aos Conselhos esta resolução seja ponto de pauta da 1ª Reunião  
259 Descentralizada do CNAS gestão 2020-2022. Seguindo para o próximo ponto a discussão sobre a  
260 pauta da 286ª, a Sra. Maria das Mercês esclarece que é necessário preencher horários que ainda  
261 estão vagos e organizar a ordem dos pronunciamentos. A Presidente solicita que os coordenadores  
262 de cada Comissão tenham mais tempo para apresentar os subcolegiados do CNAS. Discorre  
263 também que o período da tarde vago no segundo dia é para os novos Conselheiros empossados  
264 pautar assuntos de interesse e que tem uma palestra do Professor Edval Bernadino como sugestão. A  
265 Sra. Maria das Mercês Sugeriu que possa deixar também para algum assunto urgente que surja até a  
266 data da reunião. E Consideraram aprovada a proposta de pauta da Plenária da 286ª do Conselho  
267 Nacional de Assistência Social com data ainda indefinida. **ENCERRAMENTO:** A Conselheira  
268 Aldenora Gonzáles solicita um espaço para agradecimentos e últimas palavras como Presidente do  
269 CNAS agradecendo ao instituto EcoVida e a todo seguimento da Sociedade Civil que a  
270 oportunizaram com a representatividade. Agradece também o compartilhamento com os Vice-  
271 Presidentes governamentais pelo bom debate e toda equipe da Secretaria Executiva em nome da  
272 Sra. Maria das Mercês. Destaca que se sente orgulhosa pois dedicou todo o seu tempo ao CNAS e  
273 realizou o que foi possível, o que não foi possível, porque não deu tempo. Os Conselheiros

274 agradecem e parabenizam a Conselheira Aldenora pela gestão e não havendo mais pontos de pauta  
275 a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Aldenora Gomez Gonzáles encerra a 1ª  
276 Reunião Extraordinária Virtual do dia quatro de junho de dois mil e vinte.

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

**Aldenora Gomes Gonzáles**

288

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

289

290

291

292

293

294

295

296

297

Brasília/DF,

298

Junho de 2020.

299

300

301

302